

AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8



**Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6° ao 10° andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 19 de outubro de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Building a better
working world

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de junho de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	208	169
Investimentos de curto prazo	3	13.334	10.082
Contas a receber de clientes		1.419	1.289
Mútuos a receber com partes relacionadas	4	161	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		159	49
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		15.281	11.589
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Mútuos a receber com partes relacionadas	4	56.789	-
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	58
Outros ativos		-	105
Imobilizado, líquido	5	95.163	99.589
Intangível, líquido		40	59
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		151.992	99.811
TOTAL DO ATIVO		167.273	111.400
	Notas	2022	2021
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		396	379
Contas a pagar a partes relacionadas	4	36	29
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	40	40
Imposto de renda e contribuição social a pagar		606	137
Outros tributos a pagar		44	40
Conta de ressarcimento		286	2.626
Encargos setoriais		9	8
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.417	3.259
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a pagar a partes relacionadas	4	2.823	2.555
Conta de ressarcimento		57	239
Provisão para desmobilização		5.754	5.654
Tributos e contribuições sociais diferidos		9	-
Outras obrigações		40	36
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.683	8.484
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		154.587	101.419
Reserva de lucros		4.655	492
Dividendos adicionais propostos		1.959	1.959
Outros resultados abrangentes		(4.028)	(4.213)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	157.173	99.657
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.273	111.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	7	12.135	8.333
Custo de produção e operação de energia	8	<u>(7.354)</u>	<u>(5.490)</u>
LUCRO BRUTO		<u>4.781</u>	<u>2.843</u>
Gerais e administrativas		(72)	(255)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(171)</u>	<u>(125)</u>
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		<u>(243)</u>	<u>(380)</u>
RESULTADO BRUTO		<u>4.538</u>	<u>2.463</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		8.789	372
Despesas financeiras		<u>(380)</u>	<u>(350)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	9	<u>8.409</u>	<u>22</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		12.947	2.485
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.488)	(469)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(81)</u>	<u>88</u>
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	10	<u>(1.569)</u>	<u>(381)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>11.378</u>	<u>2.104</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.378	2.104
Outros resultados abrangentes		
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro		
Hedge de fluxo de caixa	185	185
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	11.563	2.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reservas de lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social subscrito e integralizado	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		102.919	387	-	4.433	(4.398)	-	103.341
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	185	-	185
Redução de capital		(1.500)	-	-	-	-	-	(1.500)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.104	2.104
Constituição de Reserva Legal		-	105	-	-	-	(105)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(40)	(40)
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	(4.433)	-	-	(4.433)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	1.959	-	(1.959)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6	101.419	492	-	1.959	(4.213)	-	99.657
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	185	-	185
Aumento de capital		53.168	-	-	-	-	-	53.168
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.378	11.378
Constituição de Reserva Legal		-	569	-	-	-	(569)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(7.215)	(7.215)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	3.594	-	-	(3.594)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6	154.587	1.061	3.594	1.959	(4.028)	-	157.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AGV SOLAR VI GERADORA DE ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		11.378	2.104
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9	4.750	4.373
Amortização de hedge	6	185	185
Atualização da provisão para desmobilização	9	100	98
Atualização monetária com partes relacionadas	9	(7.134)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	4 e 9	263	239
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	9	(1.655)	(314)
Baixa de ativo imobilizado		-	(368)
		7.887	6.317
Variação de ativos e passivos operacionais		(965)	3.725
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.018)	(450)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	4	(263)	-
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		1.111	157
(Aplicações) Resgates em investimentos de curto prazo		(2.820)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.932	9.749
Atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		-	20
Mútuo com partes relacionadas	4	(49.816)	-
(Aplicações) Resgates em investimentos de curto prazo		-	(3.491)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(49.816)	(3.471)
Atividades de financiamentos:			
Aumento de capital	6	53.168	-
Redução de capital		-	(1.500)
Dividendos pagos	6	(7.215)	(4.433)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	4	(30)	(239)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos		45.923	(6.172)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		39	106
		169	63
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		208	169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AGV SOLAR VI Geradora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 26 de outubro de 2017 e tem por objeto social a geração e comercialização de energia solar por meio de painéis fotovoltaicos, incluindo sua implementação e montagem. Sua sede fica localizada na Rodovia Percy Waldir Semeghini, Fazenda São João, s/n, lote 06, Zona Sul, Distrito de Arabá, CEP 15685-000 - Ouroeste/SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Guaimbê Solar Holding S.A. (“Guaimbê Holding”) e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”), AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) e The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Em 18 de dezembro de 2017, a Controladora indireta AES Operações obteve no 25º Leilão de Energia Nova A-4/2017 (“Leilão A-4”), o direito de comercializar, no mercado regulado, a energia a ser gerada por um complexo fotovoltaico com capacidade instalada de 94MWp (75 MWac), construído no município de Ouroeste, Estado de São Paulo (“Planta AGV Solar” ou “AGV Solar”).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia Nova (“LEN”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
AGV VI	25º LEN/2017	242/2018	14/06/2018	13/06/2053	35 anos	2019	22	30,4	7,9

A Companhia está autorizada a implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica AGV Solar, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica.

Em 31 de dezembro de 2022, a AGV Solar VI possui 100% de sua energia contratada no ACR (Ambiente de Contratação Regulada), conforme abaixo:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	182,56	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro

1.1 Principais eventos ocorridos no exercício

Em 03 de janeiro de 2022, a controladora indireta AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual subscreveu novas ações preferenciais emitidas pela Guaimbê Solar Holding S.A. (“Guaimbê Holding”) e integralizou R\$360.000 passando a deter participação de 23,41% de seu capital social. A transação foi concluída em 06 de janeiro de 2022 e incluiu a contribuição, na Guaimbê Holding, pela AES Operações, de sua participação nas sociedades AGV Solar IV Geradora de Energia S.A., AGV SOLAR V Geradora de Energia S.A. e AGV Solar VI Geradora de Energia S.A., que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste. Com isto, na presente data, a AGV VI passou a ser controlada direta de Guaimbê Holding, e indireta de AES Operações.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 26 de junho de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	2022	2021
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	208	169
Subtotal	208	169
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
CDB-DI	13.334	10.082
Subtotal	13.334	10.082
Total	13.542	10.251

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 102,05% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (97,42% em 31 de dezembro de 2021).

4 PARTES RELACIONADAS

	Notas	2022	2021
Ativo			
Ativo circulante			
Contrato de mútuo - Empréstimos a receber - AES Brasil Operações (i)		161	-
Subtotal circulante		161	-
Ativo não circulante			
Contrato de mútuo - Empréstimos a receber - AES Brasil Operações (i)		56.789	-
Subtotal não circulante		56.789	-
Total do ativo		56.950	-
Passivo			
Passivo circulante			
Contas a pagar			
Subarrendamento - AES Brasil Operações (ii)		36	29
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			
Guaimbê Solar Holding		40	40
Subtotal circulante		76	69
Passivo não circulante			
Contas a pagar			
Subarrendamento - AES Brasil Operações (ii)		2.823	2.555
Subtotal não circulante		2.823	2.555
Total do passivo		2.899	2.624
Resultado			
Receita operacional líquida			
Venda de energia - AES Brasil Operações	7	365	69
Energia elétrica comprada para revenda			
Compra de energia - AES Brasil Operações	8	(383)	-
Receitas financeiras			
Atualização monetária com partes relacionadas	9	7.134	-
Total resultado		7.116	69

- (i) Refere-se ao contrato de mútuo com sua controladora indireta AES Brasil Operações S.A. O montante foi reconhecido no ativo circulante e não circulante, como partes relacionadas.
- (ii) Refere-se ao contrato de arrendamento de terreno do Complexo Solar Ouroeste com sua controladora indireta AES Brasil Operações S.A. O montante sublocado foi reconhecido no passivo circulante e não circulante, como partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários serão pagos pelo acionista.

4.1 Passivo arrendamento

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terreno com sua controladora indireta AES Brasil Operações S.A, no montante de R\$2.859 (R\$2.584 em 31 de dezembro de 2021). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2045. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo de arrendamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Passivo de arrendamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.409
Ingressos de principal	202
Encargos financeiros	239
Pagamento de encargos financeiros	(239)
Pagamento de principal	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.584
Remensuração	305
Encargos financeiros	263
Pagamento de encargos financeiros	(263)
Pagamento de principal	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.859

O vencimento de futuros passivos de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
CIRCULANTE	
2023	36
Subtotal	36
NÃO CIRCULANTE	
2024	39
2025	43
2026	48
2027	53
2028	58
Após 2028	2.582
Subtotal	2.823
Total	2.859

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação será calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, quando o imobilizado estiver em operação que na avaliação da Companhia representa a vida útil dos bens.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmobilização, demolição e todos os demais

gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos solares. A provisão para desmobilização será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque, nesse mesmo instante será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2022			2021
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	994	(133)	861	990
Máquinas e equipamentos	3,6%	105.489	(13.762)	91.727	96.224
Imobilizado em serviço		106.483	(13.895)	92.588	97.214
Bens vinculados às concessão e autorizações		106.483	(13.895)	92.588	97.214
Direito de uso de terreno arrendado (i)	4,0%	2.956	(381)	2.575	2.375
Total Imobilizado		109.439	(14.276)	95.163	99.589

(i) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa média de 4%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 31 dezembro de 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.081	-	-	(87)	994
Máquinas e equipamentos	105.403	-	-	86	105.489
Imobilizado em serviço	106.484	-	-	(1)	106.483
Bens vinculados às concessão e autorizações	106.484	-	-	(1)	106.483
Direito de uso de terreno arrendado	2.650	-	305	1	2.956
Subtotal	109.134	-	305	-	109.439
Depreciação/Amortização	(9.545)	(4.700)	-	(31)	(14.276)
Total Imobilizado	99.589	(4.700)	305	(31)	95.163

(i) O montante de R\$31 refere-se à reclassificação para outros intangíveis.

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.081	-	-	-	1.081
Máquinas e equipamentos	105.058	-	365	(20)	105.403
Imobilizado em serviço	106.139	-	365	(20)	106.484
Imobilizado em curso (i)	-	(20)	-	20	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	106.139	(20)	365	-	106.484
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	2.448	202	-	-	2.650
Subtotal	108.587	182	365	-	109.134
Depreciação/amort	(5.194)	(4.354)	3	-	(9.545)
Total Imobilizado	103.393	(4.172)	368	-	99.589

6 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 03 de janeiro de 2022, a controladora direta AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual subscreveu novas ações preferenciais emitidas pela Guaimbê Holding. A transação foi concluída em 06 de janeiro de 2022 e, com isto, na presente data, a AGV VI passou a ser controlada direta de Guaimbê Holding, e indireta de AES Operações.

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações:

	2022		2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Guaimbê Solar Holding	154.587	100	-	-
AES Brasil Operações	-	-	101.419	100
Total das ações ordinárias	154.587	100	101.419	100

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$154.587 (R\$101.419 em 31 de dezembro de 2021), em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 06 de janeiro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital no montante de R\$53.168, dividido em 53.168.356 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

6.1 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia. De acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu uma reserva de R\$569.

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação, a Companhia constituiu uma reserva de R\$3.594.

6.2 Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Em 30 de novembro de 2022, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$7.215.

6.3 Outros resultados abrangentes

Com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra de painéis solares fotovoltaicos e inversores, em 2018, a Companhia contratou operações de compra de opções de moeda estrangeira, com contrapartes diferentes. A contratação destas operações não apresentou caráter especulativo.

O valor justo das opções foi calculado com base no Modelo Black Scholes de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.

Na ocasião, ganhos ou perdas incorridas foram reconhecidos no Patrimônio Líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".

7 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2022	2021
Contratos bilaterais	9.705	11.478
Partes relacionadas	365	69
Ressarcimento	2.521	(2.864)
Mercado de curto prazo	25	-
Receita operacional bruta	12.616	8.683
(-) PIS e COFINS	(481)	(350)
Receita operacional líquida	12.135	8.333

8 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2022	2021
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(2)	-
Contratos com partes relacionadas	(383)	-
Mercado de curto prazo	(23)	(117)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.192)	(936)
Taxa de fiscalização ANEEL	(110)	(123)
Subtotal	(1.710)	(1.176)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(523)	(408)
Material	(89)	(16)
Depreciação e amortização	(4.750)	(4.559)
Seguros	(14)	-
Contribuições setoriais	-	(1)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	368
Indenização de sinistro	-	303
Outros custos operacionais	(268)	(1)
Subtotal	(5.644)	(4.314)
Total	(7.354)	(5.490)

9 RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.655	314
Atualização monetária com partes relacionadas	7.134	-
Atualização SPOT	-	58
Subtotal	8.789	372
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos de arrendamento (i)	(263)	(239)
Provisão para desmobilização	(100)	(98)
IOF	(15)	(10)
Outras despesas financeiras	(2)	(3)
Subtotal	(380)	(350)
Total Líquido	8.409	22

(i) Para maiores detalhes sobre a natureza desses juros sobre passivos de arrendamento, vide nota explicativa nº 4.1

10 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12%

sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional tributável	10.559	8.333	10.559	8.333
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	845	667	1.267	1.000
Outras receitas	4.154	372	4.154	372
Base de cálculo	4.999	1.039	5.421	1.372
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(750)	(260)	(488)	(123)
Adicional (10%)	(476)	(80)	-	-
Outros ajustes	166	34	60	(40)
IRPJ e CSLL corrente	(1.060)	(306)	(428)	(163)
IRPJ e CSLL diferido	(53)	57	(28)	31
IRPJ e CSLL no resultado	(1.113)	(249)	(456)	(132)

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

11.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue.

Notas	2022		2021		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	208	208	169	169	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	13.334	13.334	10.082	10.082	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		1.419	1.419	1.289	1.289	Custo amortizado
Mútuos a receber com partes relacionadas	4	56.950	56.950	-	-	Custo amortizado
Total		71.911	71.911	11.540	11.540	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		396	396	379	379	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	4	2.859	2.859	2.584	2.584	Custo amortizado
Conta de ressarcimento		343	343	2.865	2.865	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		40	40	40	40	Custo amortizado
Total		3.638	3.638	5.868	5.868	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como valor justo por meio do resultado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

11.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	208	169
Investimentos de curto prazo	13.334	10.082
Contas a receber de clientes	1.419	1.289
Contas a receber de partes relacionadas	56.950	-
Total	71.911	11.540

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores	396	-	-	-	-	396	379
Contas a pagar partes relacionadas	9	27	39	144	2.640	2.859	2.584
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	40	-	-	-	40	40
Total	405	67	39	144	2.640	3.295	3.003

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é:

	2022	2021
Investimentos de curto prazo	13.334	10.082
Contas a receber de partes relacionadas	56.950	-
Total da exposição líquida	70.284	10.082

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Investimentos de curto prazo	CDI	13.334	904	1.356	1.808	2.260	2.712
Impacto no resultado			904	1.356	1.808	2.260	2.712

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(343)	(9)	(13)	(18)	(22)	(27)
Impacto no resultado			(9)	(13)	(18)	(22)	(27)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

13 EVENTOS SUBSEQUENTES

Redução de capital

Em 29 de novembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de redução de capital no montante de R\$65.923, sem alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser R\$88.665. A efetivação do ato societário ocorreu em 30 de janeiro de 2023.

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

A conclusão da Operação está sujeita à obtenção das autorizações aplicáveis, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à ratificação da celebração do Acordo pelo conselho de administração da AES Brasil.